

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "a" da Lei nº 14.133/21)

1.1. Contratação de serviço gráfico para impressão de livro, em capa dura, em comemoração aos 15 anos DPE-GO, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Objeto

IT E M	CAT SER	ITEM/ ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	10049	Capa: 56x34cm, 4x1 cores, Couche Fosco 170g. Gravação CTP. Prova Digital. Guarda01: 52x30cm, 4x0 cores, Couche Fosco 170g. Gravação CTP. Guarda02: 52x30cm, 4x0 cores, Couche Fosco 170g. Gravação CTP. Miolo: 120 pgs, 26x30cm, 4 cores, Couche Fosco 210g. Gravação CTP. Prova Digital. Capa dura: papelão 2mm. Lombada: 13 a 15mm. Acabamento: Laminado Bopp Fosco (Capa, Guarda01, Guarda02); Uv Localizado, Nº lados 1 (capa), Fotolito Verniz Local; Montagem (Capa); Dobrar; Intercalar; Costurar; Colar guardas; Refilar, conforme Anexo I (88239692)	500	R\$ 94,98	R\$ 47.490,00
TOTAL				R\$ 47.490,00	

1.3. Vigência

1.3.1. O Contrato será substituído por Nota de Empenho/Ordem de execução, com fulcro no artigo 95, da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/21).

2.1. Justificativa da contratação

2.1.1. Considerando que a presente contratação encontra-se devidamente fundamentada pela área demandante, a qual evidenciou a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão de livro comemorativo, destinado a atender às demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado de Goiás, especialmente no contexto das celebrações de seus 15 (quinze) anos;

2.1.2. Considerando que a Defensoria Pública do Estado de Goiás, ao longo de seus 15 (quinze) anos de atuação, tem ampliado significativamente sua presença institucional, promovendo ações voltadas à difusão de direitos, à cidadania e ao acesso à justiça, o que demanda o desenvolvimento de materiais institucionais aptos a divulgar sua atuação junto à sociedade;

2.1.3. Considerando que a produção de publicação institucional, em formato de livro comemorativo, constitui importante instrumento de comunicação social, destinado à divulgação de histórias de assistidos e da atuação de defensoras e defensores públicos, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e da missão constitucional da Defensoria Pública;

2.1.4. Considerando que a Defensoria Pública do Estado de Goiás não dispõe de estrutura interna adequada para execução de serviços gráficos especializados, especialmente aqueles que demandam impressão em alta qualidade, acabamento profissional e utilização de maquinário específico, sendo necessária a contratação de empresa especializada;

2.1.5. Considerando que, dentre as alternativas analisadas no levantamento de mercado, a contratação de empresa especializada mostrou-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, por garantir qualidade gráfica, fidelidade visual, economia de escala e eficiência na execução do objeto, enquadrando-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021;

2.1.6. Diante do exposto, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos para impressão de livro comemorativo mostra-se necessária, adequada e proporcional, atendendo ao interesse público ao viabilizar a divulgação institucional, o fortalecimento da comunicação social e a promoção da cidadania, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3. Estimativa de quantidades

2.3.1. A definição do quantitativo está fundamentada no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 4/2026 – DPE-GO/DCRP-19563 e nos elementos constantes do Estudo Técnico Preliminar, os quais evidenciam a necessidade de contratação de serviços gráficos para impressão de livro comemorativo dos 15 (quinze) anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás, considerando a previsão de alcance do projeto institucional e o público-alvo a ser atendido, incluindo membros, autoridades públicas e representantes da sociedade civil.

2.3.2. Quadro de Quantitativos Estimados

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Capa: 56x34cm, 4x1 cores, Couche Fosco 170g. Gravação CTP. Prova Digital. Guarda01: 52x30cm, 4x0 cores, Couche Fosco 170g. Gravação CTP. Guarda02: 52x30cm, 4x0 cores, Couche Fosco 170g. Gravação CTP. Miolo: 120 pgs, 26x30cm, 4 cores, Couche Fosco 210g. Gravação CTP. Prova Digital. Capa dura: papelão 2mm. Lombada: 13 a 15mm. Acabamento: Laminado Bopp Fosco (Capa, Guarda01, Guarda02); Uv Localizado, Nº lados 1 (capa), Fitolito Verniz Local; Montagem (Capa); Dobrar; Intercalar; Costurar; Colar guardas; Refilar.	Unidade	500

2.3.3. A estimativa apresentada mostra-se adequada, proporcional e devidamente justificada, considerando o alcance pretendido com a publicação institucional comemorativa e o público-alvo a ser atendido, evitando tanto o superdimensionamento quanto a insuficiência de exemplares, além de assegurar efetividade na divulgação institucional, padronização do material e eficiência na comunicação com os diversos públicos da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

3. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "c" da Lei nº 14.133/21)

3.1. A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos destinados à impressão de livro comemorativo dos 15 (quinze) anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás**, com capacidade técnica para executar o objeto com alto padrão de qualidade gráfica, fidelidade à identidade visual institucional e acabamento adequado.

3.2. A execução deverá contemplar:

3.2.1. Impressão de livros em formato institucional, com capa dura, contendo miolo diagramado em alta qualidade, conforme especificações técnicas previamente definidas;

3.2.2. Utilização de papéis de gramatura adequada (como couché fosco ou equivalente), garantindo durabilidade, qualidade visual e resistência do material impresso;

3.2.3. Execução de processos gráficos especializados, incluindo impressão em policromia, gravação, acabamento e encadernação profissional, assegurando fidelidade de cores e excelência estética;

3.2.4. Aplicação de acabamentos gráficos, tais como laminação fosca, verniz localizado e demais técnicas necessárias à valorização do material institucional;

3.2.5. Produção e entrega dos exemplares devidamente acabados, revisados e acondicionados, em perfeitas condições de uso e distribuição.

3.3. Considerando tratar-se de **prestação de serviço com entrega final de produto**, não há exigência de manutenção ou assistência técnica contínua, sendo o objeto executado em parcela única, com entrega definitiva após a conclusão dos serviços gráficos.

3.4. Entretanto, a empresa contratada deverá garantir:

3.4.1. Correção ou reimpressão de exemplares que apresentem falhas de impressão, inconsistência de cores, defeitos de encadernação ou quaisquer inconformidades com as especificações técnicas estabelecidas;

3.4.2. Substituição, sem ônus adicional, de unidades que não atendam aos padrões de qualidade exigidos pela Administração.

3.5. A solução como um todo visa assegurar:

3.5.1. Divulgação institucional qualificada da Defensoria Pública do Estado de Goiás;

3.5.2. Registro e valorização da memória institucional por meio de publicação comemorativa;

3.5.3. Fortalecimento da comunicação institucional e da imagem da Defensoria perante a sociedade;

3.5.4. Promoção da cidadania e difusão de direitos por meio de material informativo acessível;

3.5.5. Atendimento eficiente das demandas relacionadas às celebrações dos 15 anos da Instituição.

3.6. A execução do objeto em parcela única, para o quantitativo total estimado, possibilita ganhos de escala, maior padronização gráfica, economicidade e controle de qualidade, além de garantir a disponibilidade tempestiva dos exemplares para distribuição nos eventos institucionais planejados.

4. Requisitos da contratação (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "d" da Lei nº 14.133/21)

4.1. Natureza do serviço

4.1.1. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos destinados à impressão de livro comemorativo dos 15 (quinze) anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás, a ser executado em parcela única, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.2. Trata-se de **serviço comum**, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo amplamente disponível no mercado e passível de descrição por meio de especificações usuais.

4.2. Padrões mínimos de qualidade

4.2.1. Os serviços gráficos para impressão do livro comemorativo deverão:

4.2.1.1. observar rigorosamente as especificações técnicas quanto ao formato, número de páginas, tipo de papel, gramatura e acabamento, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026

4.2.1.2. garantir alta qualidade de impressão, com fidelidade de cores, nitidez de imagens e legibilidade do conteúdo textual, compatíveis com padrão editorial institucional;

4.2.1.3. utilizar insumos de qualidade, incluindo papéis adequados (como couché fosco ou equivalente) e tintas que assegurem durabilidade, resistência e estabilidade da impressão;

4.2.1.4. assegurar acabamento gráfico profissional, incluindo capa dura, encadernação adequada, laminação, verniz localizado e demais processos necessários à valorização estética e funcional do material;

- 4.2.1.5. apresentar uniformidade entre todos os exemplares, garantindo padronização visual, consistência de cores e alinhamento gráfico em toda a tiragem;
- 4.2.1.6. ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e protegidos contra danos decorrentes de transporte, manuseio ou armazenamento;
- 4.2.1.7. possuir durabilidade compatível com sua finalidade institucional, mantendo integridade física e qualidade gráfica ao longo do tempo;
- 4.2.1.8. ser corrigidos ou reimpressos, sem ônus adicional para a Administração, caso apresentem falhas de impressão, defeitos de acabamento, inconsistência de cores ou qualquer inconformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

4.3. Critérios de sustentabilidade

4.3.1. A contratada deverá observar práticas de sustentabilidade, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, especialmente quanto ao uso racional de recursos materiais, à adoção de processos produtivos que minimizem impactos ambientais e à destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na execução dos serviços gráficos, incluindo resíduos de papel, insumos de impressão, produtos químicos e embalagens, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não será permitida a subcontratação, considerando a natureza simples e padronizada do objeto, bem como a necessidade de responsabilização direta do fornecedor pela qualidade dos itens entregues.

4.5. Garantia de contratação

4.5.1. Não será exigida garantia contratual, conforme arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o termo deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "e" da Lei nº 14.133/21)

5.1. Do local de entrega do item

5.1.1. A execução do objeto consistirá na prestação de serviços gráficos para impressão de livro comemorativo dos 15 (quinze) anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás, com entrega dos exemplares em parcela única no seguinte endereço:

Departamento de entrega	Endereço
A Diretoria de Comunicação Social	Alameda Cel. Joaquim de Bastos, nº 282, Qd. 217, Lt. 14, 4º andar Bairro Setor Marista – Goiânia/GO CEP 74175-150

5.1.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte, acondicionamento, manuseio e entrega dos itens, não podendo cobrar qualquer valor adicional a título de frete, logística, deslocamento ou encargos correlatos.

5.1.3. A entrega deverá ocorrer com os itens devidamente acondicionados em embalagens adequadas, acompanhados de conferência quantitativa e qualitativa, garantindo que todas as unidades estejam em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. Da especificação do fornecimento

5.2.1. O objeto consiste na **prestação de serviços gráficos para impressão de livro comemorativo dos 15 (quinze) anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás**, com acabamento profissional, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

5.2.2. Os exemplares deverão ser produzidos em formato institucional, contendo capa dura, miolo impresso em alta qualidade e encadernação adequada, com utilização de papéis de gramatura compatível e processos gráficos que assegurem durabilidade, resistência e qualidade estética.

5.2.3. A execução deverá contemplar impressão em policromia, fidelidade de cores, nitidez de imagens e legibilidade do conteúdo textual, garantindo padronização e uniformidade entre todos os exemplares.

5.2.4. A CONTRATADA deverá observar integral fidelidade às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, incluindo tipo de papel, número de páginas, dimensões, acabamento e demais características definidas, assegurando qualidade e conformidade do produto final

5.2.5. Qualquer divergência de impressão, falha de acabamento, inconsistência de cores, defeito de encadernação ou desconformidade com as especificações técnicas deverá ser corrigida sem ônus adicional, mediante reimpressão ou substituição dos exemplares.

5.2.6. Os produtos fornecidos serão submetidos à inspeção pelo gestor do termo para fins de recebimento, com verificação dos aspectos quantitativos e qualitativos, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3. Do prazo de execução dos serviços

5.3.1. O prazo para execução do objeto será de 15 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

5.3.2. A entrega deverá ocorrer em parcela única, contemplando a totalidade dos itens contratados, devidamente fornecidos e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

5.3.3. A CONTRATADA será exclusivamente responsável por toda a logística de fornecimento, acondicionamento, transporte e entrega dos itens, devendo garantir a integridade, segurança e adequada apresentação dos produtos até o seu recebimento definitivo, sem qualquer custo adicional para a Administração.

5.4. Do fornecimento em geral

5.4.1. A execução do objeto será formalizada por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, expedido pelo gestor do termo, contendo quantitativos, prazos e demais instruções necessárias.

5.4.1.1. A comunicação entre as partes poderá ocorrer por e-mail institucional ou outros meios oficiais previamente acordados.

5.4.1.2. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados, protegidos contra danos decorrentes de transporte, manuseio ou armazenamento, garantindo sua integridade até o recebimento.

5.4.1.3. Caso algum item apresente defeito de fabricação, inconformidade com as especificações técnicas ou qualquer irregularidade, será recusado, devendo ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem ônus para a Administração.

5.4.2. O não atendimento à substituição no prazo fixado caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.4.3. A recusa de itens em desacordo com as especificações não gerará qualquer ônus à CONTRATANTE, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a substituição ou correção necessária.

6. Modelo de gestão do termo, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

6.1. Obrigações da contratada

6.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do termo quanto ao que se refere ao objeto deste, de forma a executá-lo de forma perfeita, ininterrupta e regular.

6.1.2. Manter a mais absoluta confidencialidade dos materiais e informações que vier a ter conhecimento, no desempenho das atividades objeto deste termo.

6.1.3. Responder por todas as despesas relativas ao fornecimento, tais como tributos, multas, encargos e outros, os quais deverão ser considerados para efeito da formulação da proposta de preços apresentada no certame.

6.1.4. Manter-se, durante toda a execução do termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas.

6.1.5. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários à plena e perfeita execução do termo, inclusive os relativos aos danos porventura causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

6.1.6. Fornecer os produtos pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de todos os eventuais custos.

6.1.7. Fornecer os produtos objeto deste Termo de Referência, observando todas as condições e prazos estabelecidos e, se necessário, reparar, corrigir, remover ou substituir, às expensas próprias, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios ou defeitos resultantes da sua fabricação ou fornecimento, que o torne inadequado ou impróprio para os fins a que se destina.

6.1.8. Prestar todos os esclarecimentos relacionados ao objeto deste Termo de Referência que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, bem como reportar a esta qualquer anormalidade ou erro que possa comprometer a regular execução do termo.

6.1.9. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem sub-rogar direitos e obrigações decorrentes do ajuste, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

6.2. Obrigações da contratante

6.2.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do termo.

6.2.2. Designar o Gestor do termo, a quem caberá fiscalizar e promover todas as ações necessárias a fiel e perfeita execução dos serviços.

6.2.3. Exercer fiscalização e acompanhamento da entrega e execução do objeto deste termo, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto deste termo em desacordo com o mesmo.

6.2.5. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste termo.

6.2.6. Aplicar multa ou rescisão de termo, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no termo.

6.2.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA referente às solicitações de fornecimento, as quais serão formalizadas por escrito, 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota de Empenho, Nota Fiscal e/ou Fatura devidamente atestadas pela Defensoria Pública do Estado de Goiás.

6.2.8. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA cumpra suas obrigações em conformidade com o estabelecido e exigido neste Termo de Referência.

6.3. Fiscalização e controle da execução dos serviços

6.3.1. O termo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.2. A execução do termo deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do termo, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos.

6.4. Sanções e infrações administrativas

6.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do termo;
- b) der causa à inexecução parcial do termo que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do termo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar o termo ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do termo;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do termo;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do termo, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

6.4.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º).

6.4.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

6.4.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

6.4.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

6.4.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.4.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.4.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e termos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.4.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

6.4.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

6.4.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. Critérios de medição e de pagamento (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "g" da Lei nº 14.133/21)

7.1. Pagamento

7.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do termo a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento realizado, na sede administrativa responsável pelo acompanhamento e gestão do termo para atesto.

7.1.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após protocolização da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor designado pela Defensoria Pública.

7.1.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "h" da Lei nº 14.133/21)

8.1. Trata-se de serviço comum, de caráter não continuado, a ser contratado por meio de pregão, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo o valor estimado da contratação apurado com base na média de preços obtida em pesquisa de mercado, conforme art. 23 do referido diploma legal.

8.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9. Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "i" da Lei nº 14.133/21)

9.1. Estimativa de preços

9.1.1. O valor médio estimado para esta contratação é de **R\$ 47.490,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e noventa reais)**

9.2 Detalhamento técnico:

9.2.1. O objeto consiste na prestação de serviços gráficos para impressão de livro comemorativo dos 15 (quinze) anos da Defensoria Pública do Estado de Goiás, devendo observar rigorosamente as seguintes especificações técnicas: Formato: aproximadamente 26 x 30 cm (fechado); Capa: dimensão aproximada de 56 x 34 cm (aberta), impressão 4x1 cores, em papel couché fosco 170g, com acabamento em capa dura (papelão 2 mm), laminação BOPP fosca e aplicação de verniz localizado; Guarda: folhas de guarda em papel couché fosco 170g, impressão 4x0 cores; Miolo: aproximadamente 120 páginas, impressão 4 cores, em papel couché fosco 210g ou equivalente; Lombada: espessura aproximada de 13 a 15 mm; Acabamento: processos gráficos completos, incluindo gravação CTP, prova digital, dobra, intercalação, costura, colagem de guardas, refilo e montagem final; Qualidade: fidelidade de cores, nitidez de imagens, legibilidade do conteúdo e uniformidade entre os exemplares; Acondicionamento: entrega dos exemplares devidamente embalados, protegidos contra danos de transporte e manuseio.

10. Adequação orçamentária (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea "j" da Lei nº 14.133/21)

10.1. A despesa decorrente deste termo ocorrerão em momento oportuno pelo departamento competente.

11. Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Goiânia, 26 de março de 2026.

Danilo Moura Souza
Assessor do Departamento de Compras

Vinicius Alexandre da Silva Machado
Chefe do Departamento de Compras

Tatiane Dias Pimentel
Diretora de Comunicação Social

Micaele Rodrigues Bezerra
Chefe do Departamento de Criação

ANEXO I

(88239692)



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS ALEXANDRE DA SILVA MACHADO, Chefe de Departamento**, em 11/05/2026, às 10:40, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANE DIAS PIMENTEL, Diretor (a)**, em 11/05/2026, às 12:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **90176332** e o código CRC **D97706F4**.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282, 4º ANDAR - Bairro SETOR MARISTA - GOIANIA - GO - CEP 74175-150 - (62)3157-1121.



Referência: Processo nº 202610892003032



SEI 90176332